



Universidade de Brasília – UnB
Campus Planaltina

Graduação em Gestão do Agronegócio

CARLOS FERREIRA DA SILVA

**ANÁLISE E PERSPECTIVAS DO EXTRATIVISMO PARA A AGREGAÇÃO DE
RENDA DE AGRICULTORES DA REFORMA AGRÁRIA**

BRASILIA – DF

Junho de 2018

CARLOS FERREIRA DA SILVA

**ANÁLISE E PERSPECTIVAS DO EXTRATIVISMO PARA A AGREGAÇÃO DE
RENDA DE AGRICULTORES DA REFORMA AGRÁRIA**

Monografia apresentada à Universidade de
Brasília – UNB, como parte dos requisitos à
obtenção do título de bacharel em “**Gestão do
Agronegócio.**”

Orientador: Prof. Dr. **Flávio Murilo Pereira da Costa**

B R A S I L I A – D F

Junho de 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, a minha família em especial a minha querida esposa Cida e às minhas filhas, Julia Rafaela e Carla Gabriela.

Agradeço também ao meu saudoso professor e orientador Flavio Costa, que muito me ensinou.

Aos meus colaboradores, Vitor e Francinete; aos meus professores e professoras e à todo o corpo técnico; aos terceirizados; ao Pedro da cantina e sua família; a todos os meus colegas, em especial, à Brenda Paulla, Lucas Godinho, Leandro Ataíde, Josiel Braga, Flávio Henrique, Lucas Moreira, Daniel Soares, Kennedy, Adhemar, João Pedro, Leonardo Palheta, Gustavo Henrique, Marcia Ferensovicz, Matheus Castilho e Cássio, pela contribuição e pelas conversas que agregaram à minha vida acadêmica e, a todos, que direta ou indiretamente colaboraram com a minha formação; também não poderia deixar esquecer de citar a minha querida mãe Maria do Carmo e ao meu querido pai Manoel Ferreira.

Agradeço por fim, à Universidade de Brasília, por me acolher de forma maravilhosa e, acima de tudo, à minha pátria amada, Brasil.

SUMÁRIO

Resumo.....	06
Abstrat.....	07
1. INTRODUÇÃO.....	08
2. ANÁLISE BIBLIOGRAFICA.....	08
2.1. Histórico do Extrativismo.....	08
2.2. Assentamentos e Agricultura Familiar.....	09
2.3. Políticas públicas para extrativismo.....	10
2.4. Sustentabilidade e boas práticas no Agroextrativismo.....	12
3. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	13
3.1. Caracterização do local a ser investigado.....	13
3.2. Realidade do Assentamento Extrativista.....	13
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	15
4.1. Análise da composição de renda das famílias assentadas.....	15
4.2. Extrativismo sustentável no Assentamento.....	16
4.2.1. Baru.....	17
4.2.2. Pequi.....	18
4.2.3. Jatobá.....	19
4.3. Políticas Públicas para o Extrativismo.....	21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
6. REFERÊNCIAS	23
APÊNDICE.....	24

RESUMO

O extrativismo é uma prática milenar que permanece até os dias atuais, evoluindo e sendo fonte de alimento e renda para muitas famílias de agricultores, ribeirinhos e, em especial, populações tradicionais, que mantêm essa maneira de extrair recursos disponíveis da natureza para sua subsistência. Da mesma maneira, famílias de agricultores ou assentados da Reforma Agrária, em seus locais de convívio e moradia, praticam esse tipo de extração de produtos da sociobiodiversidade, transformando ou semi processando esses produtos, como é o caso das famílias do Assentamento Egídio Brunetto. A análise de um cenário real é fundamental para a compreensão das diversas formas que as famílias usufruem desses recursos naturais. A subsistência é a forma primária desta extração, porém algumas famílias utilizam o excedente dessas coletas como uma forma de complementação de renda, seja por produtos comercializados in natura diretamente, seja pela transformação, o que agrega valor e aumenta a longevidade dos seus subprodutos. Através de pesquisa exploratória, por meio de entrevista semi-estruturada, foi possível chegar às informações acerca dos produtos extraídos pelas famílias. Dos dados quantitativos, foram estabelecidas relações sobre a realidade do assentamento com renda oriunda do extrativismo; uma abordagem quantitativa visando a interpretação dos reais percentuais do extrativismo no assentamento, para posterior embasamento da importância das ações e políticas públicas para a atividade. Os resultados evidenciaram uma visão mais aproximada da relação do extrativismo e suas cadeias. De que existe uma fragilidade no sistema em relação ao modelo de organização existente. Que as PPs estão distantes dessas famílias, tanto por falta de organicidade efetiva, como pelos gargalos estruturantes. A extração ou coleta de frutos do Cerrado, muitas vezes significa garantir a segurança alimentar da família. A compreensão dessa necessidade local deve ser analisada pelas instituições que se dedicam ao tema, estabelecendo dentro dos programas de que a necessidade alimentar muitas vezes se sobrepõe a premência por renda. O exercício e a prática para o desenvolvimento sustentável é uma tarefa trabalhosa quando encaramos a realidade local. Portanto, estruturar os elos das cadeias e que elas se confraternizem, é crucial para o avanço da prática do extrativismo, aliando tecnologia e seres humanos em um ambiente servido pela coletividade e compreendido pela legalidade.

Palavras-Chave: Extrativismo, Políticas Públicas, Composição de Renda.

ABSTRACT

Extractivism is a millenarian practice that continues to the present day, evolving and being a source of food and income for many families of farmers, riparians and, especially, traditional populations, who maintain this way of extracting resources available from nature for their subsistence. In the same way, families of farmers or settlers of the Agrarian Reform, in their places of conviviality and dwelling, practice this type of extraction of products of the sociobiodiversity, transforming or semi-processing these products, as is the case of the Egidio Brunetto Settlement families. The analysis of a real scenario is fundamental for the understanding of the diverse forms that the families enjoy of these natural resources. Subsistence is the primary form of this extraction, but some families use the surplus of these collections as a form of income supplementation, either by products sold in natura directly, or by transformation, which adds value and increases the longevity of their by-products. Through an exploratory research, through a semi-structured interview, it was possible to arrive at the information about the products extracted by the families. From the quantitative data, relations were established on the reality of the settlement with income derived from extractivism; a quantitative approach aiming at the interpretation of the real percentages of the extractivism in the settlement, for later support of the importance of the actions and public policies for the activity. The results showed a closer view of the relationship between extractivism and its chains. That there is a fragility in the system in relation to the existing organization model. That PPs are distant from these families, both for lack of effective organicity, and for structuring bottlenecks. The extraction or collection of fruits from the Cerrado often means ensuring the family's food security. The understanding of this local need must be analyzed by the institutions that dedicate themselves to the theme, establishing within the programs that the food need often surpasses the income urgency. Exercise and practice for sustainable development is a laborious task when we face the local reality. Therefore, structuring the links of the chains and making them fraternize is crucial for advancing the practice of extractivism, combining technology and human beings in an environment served by the community and understood by legality.

Keywords: Extractivism, Public Policies, Income Composition.

1.INTRODUÇÃO

O extrativismo consiste em uma das primeiras atividades praticadas pela raça humana, tendo em vista a necessidade da manutenção da vida e do conjunto de atividades secundárias que demandavam recursos naturais advindos da fauna, flora e outros recursos minerais.

Atualmente, a legislação ambiental e o extrativismo necessitam de uma construção mais harmônica entre aquilo que se teoriza legalmente e o que se realiza na prática. As demandas e as necessidades humanas necessitam de alianças que fortaleçam a manutenção desses recursos, em especial aqueles oriundos da fauna e da flora, resultando assim, em atividades rotineiramente tidas como exploratórias para atividades que estejam em maior sintonia e equilíbrio com os ambientes de ocorrência desses produtos, nunca se sobrepondo fatores econômicos aos socioambientais ou gerando sustentabilidade nos ambientes de ocorrência das espécies.

A construção de políticas públicas, que respeitem os dispositivos e fatores regionais, pode organizar o planejamento de ambientes mais sustentáveis aonde os extrativistas ou agroextrativistas venham a promover a inserção e a capacitação de grupos de multiplicadores que estabeleçam práticas menos agressivas e predatórias nos ambientes de ocorrência naturais. Nesta mesma linha de construção, evoluir para a criação de cadeias produtivas que agreguem maior valor aos produtos, sem a dependência de agroquímicos, comercializados com preços justos e em circuitos de ciclos curtos, aproximando o consumidor da regionalidade.

Existem muitos estudos comprovando o valor nutritivo, curativo, estético entre outras qualidades dos produtos extraídos da flora do Cerrado. Muitos destes, utilizados até mesmo pela alta gastronomia ou como componente da segurança alimentar de vários grupos da sociedade. Grupos de extrativistas, em especial, agricultores de assentamentos de Reforma Agrária, vem utilizando a coleta e a extração desses produtos da sociobiodiversidade como uma de suas principais fontes de renda, principalmente pela boa oferta desses recursos e ao baixo investimento em atividades produtivas e alternativas nas suas unidades produtivas.

A necessidade da compreensão do cenário extrativista no Cerrado, visto que tal atividade é exercida em sua grande maioria por famílias assentadas, são provocadas por estudos complementares e pela valorização da atividade, incentivando a temática de forma

mais sustentável. Nesse sentido, o presente estudo teve por objetivo principal, analisar as perspectivas do extrativismo na agregação de renda de agricultores da Reforma Agrária. Especificamente, estudou e caracterizou agricultores de um assentamento de Reforma Agrária; analisando a composição de renda das famílias assentadas; caracterizando os produtos e as boas práticas de extração dos mesmos no assentamento.

2. ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Para uma melhor compreensão do presente estudo serão abordados teoricamente o histórico do extrativismo, Assentamentos da Reforma Agrária e Agricultura Familiar, Políticas Públicas para o Extrativismo, Sustentabilidade e boas práticas na atividade. No Histórico do Extrativismo foi abordado, para a familiarização do tema, o conhecimento de toda a trajetória dessa prática milenar. Em relação aos Assentamentos e a Agricultura familiar serão abordados o termo “agro extrativista”, afim de justificar a grande influência dessa casta social no extrativismo. Posteriormente, também será abordado o tema Políticas Públicas voltadas ao extrativismo visando trazer à tona a histórica necessidade de políticas e incentivos governamentais voltadas ao extrativismo, além de fazer menção à questão da Sustentabilidade e boas práticas no agro extrativismo, garantindo além de segurança alimentar para as família, continuidade produtiva dos ciclos naturais e o equilíbrio ambiental proporcionado por uma sustentabilidade viável, o que deveria evitar um extrativismo predatório.

2.1. Histórico do Extrativismo

Presente em todas as primeiras civilizações do mundo, o extrativismo é e sempre foi praticado ao longo dos tempos por todas as sociedades. Dos índios de toda a América até aos primeiros habitantes da Europa, o extrativismo foi a forma mais antiga da atividade humana, precedendo a agricultura, a pecuária e naturalmente a indústria.

No início, os seres humanos eram nômades, mas com o passar dos tempos, passaram a explorar áreas por um período maior de tempo, cultivando determinadas espécies de plantas e animais de maior interesse que, de certa forma, demandariam menos tempo para as coletas e estariam mais próximas de suas residências, proporcionando maior tempo para envolvimento sociocultural.

Com o passar do tempo, estas atividades foram se transformando em fontes de conhecimento e acúmulo de saberes, tornando o convívio sociocultural mais envolvente e

construtivo, co-evoluindo com a transformação da sociedade, cada vez mais demandante por recursos naturais.

No Brasil a presença de atividades de extração tem sido constante, atravessando ciclos econômicos, havendo datas em que a atividade chegou a consistir na principal atividade regional. A atividade datada se faz constante desde o período colonial quando se extraía principalmente madeira e minerais preciosos, prioritariamente nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste do país. Posteriormente no século XIX o extrativismo seguiu se intensificando na região norte do país que dispunha de uma grande variedade de madeiras e plantas medicinais e ainda na região Sudoeste que até hoje possui grandes áreas cultivadas de Cacaueiro e Seringueira. No século seguinte começa a tão conhecida prática de extração da borracha e da castanha na região do Amazonas, logo depois da Segunda Grande Guerra se intensifica ainda mais a extração de madeira.

Como ressalta SILVA & ANDRADE (2014), o extrativismo é muito mais antigo até que a agricultura de fato, e faz parte do sistema de produção de muitos agricultores de variados biomas. Sendo assim, o extrativismo a ser pensado e entendido não só como uma ‘fotografia’ da atividade, isto é, a um momento único, mas sim uma maneira sistêmica englobando toda a unidade de produção ao longo do tempo. A afirmação acima se justifica tanto pela necessidade de uma abordagem no cenário histórico no Brasil como no mundo.

2.2. Assentamentos e Agricultura Familiar

Recentemente vem sendo usado o termo “Agroextrativista” por algumas instituições (PRÓ-JOVEM, 2008; MMA, 2012), como também por alguns autores (BENJAMIN, 2004; GUERRA, 2011). O termo faz referência, como citado por Benjamin (2004, p. 1), à mescla de práticas agrícolas (culturas anuais e culturas permanentes) com plantas extrativistas.

Com a aceitação desse termo, nota-se a conclusão de que o extrativismo é praticado associando-se a outras atividades, sejam elas agrícolas ou não agrícolas. Rueda (s.d.), em seu estudo em reservas extrativistas obteve dados que apontam que 55% da renda familiar das famílias vem da agricultura e criação, 14% do extrativismo animal e, 30% da extração vegetal. Tais dados expressam a importância dos assentados e agricultores familiares nessa forma de produção, bem como a contrapartida da necessidade dessa prática de extração para complementação da renda das famílias, oriundas da Reforma Agrária.

Para Clement (2006, p.5), agricultores familiares que praticam extrativismo são hoje os extrativistas mais conhecidos. Ainda, o autor observa que a agricultura tem maior importância fora das reservas, mas as práticas extrativistas é uma realidade para uma grande parcela dos agricultores familiares analisados, seja a renda retirada de maneira integral ou de forma agregada.

2.3. Políticas públicas para extrativismo

O Extrativismo pode ser considerado um processo produtivo de total interação com o meio ambiente, trazendo o mínimo de interferência com o ambiente inserido, podendo até reverter alguns processos de perda da biodiversidade, o que englobaria espécies da fauna e flora importantes, além de suas relações tróficas (_____). Famílias extrativistas dependem diretamente do equilíbrio do ecossistema no qual estão inseridos e os produtos extraídos são, em sua maioria, diretamente ligados a processos de produção que vão além da entrega de alimentos saudáveis, trazem uma melhor certeza de ambientes que se transformam em áreas produtivas respeitando seus processos naturais e garantindo sua continuidade.

Segundo Afonso (2012, pag. 162), extrativismo de produtos florestais não madeireiros (PFNMs) vem trazendo valores significativos ao país e às comunidades das florestas. No Cerrado, a produção não madeireira tem se mostrado uma importante estratégia de desenvolvimento econômico e de estímulo à conservação do bioma. Apesar disso, o bioma vem sendo ameaçado pela política econômica de incentivo ao desenvolvimento agropecuário. Para o autor, observam-se iniciativas de produtores agroextrativistas no Cerrado que, recentemente, passaram a receber políticas próprias. A presente tese avalia os resultados alcançados e as perspectivas futuras de política pública de incentivo à estruturação da cadeia produtiva.

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), instituído em 2008 é coordenado pelos ministérios do Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Agrário (MDA), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e conta com diversos outros atores em sua estrutura: os governos estaduais, a Casa Civil, Agência Nacional de Vigilância e Inspeção Sanitária (ANVISA), o Serviço Florestal Brasileiro (SBF), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Nacional de Regularização e Reforma Agrária (INCRA), a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ), a Empresa Brasileira de

Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o setor empresarial, as agências de fomento e a sociedade civil organizada.

Atende povos e comunidades tradicionais de todo o território nacional, objetivando sua inclusão produtiva por meio da promoção de tecnologias sustentáveis que respeitem seus sistemas de organização social e, ao mesmo tempo, valorizem os recursos naturais locais, as práticas, os saberes e as tecnologias tradicionais.

O PNPSB, conforme estabelecido na Portaria Interministerial MDA/MDS/MMA nº 239, de 21/07/09, tem suas ações focadas em seis eixos: 1) promoção e apoio à produção e ao extrativismo sustentável; 2) estruturação e fortalecimento dos processos industriais; 3) estruturação e fortalecimento de mercados para os produtos da sociobiodiversidade; 4) fortalecimento da organização social e produtiva; 5) ações complementares para fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade; 6) ações complementares para a valoração dos serviços da sociobiodiversidade.

Para maior fortalecimento e promoção da produção e dos produtos da Sociobiodiversidade, os agroextrativistas contam com o apoio de ONGs que vão desde a promoção dos produtos e capacitação para beneficiamento e melhor apresentação buscando sempre ligar produtos a suas origens e ao poder de preservação.

Dentro do PNPSB entram várias Políticas Públicas, que vão desde a garantia de preço (PGPM) e aquisição de produtos (PAA, PNAE) e, o PRONAF para aquisição de equipamentos e melhoria na infraestrutura.

Dentre as Políticas Públicas que apresentaram maior seguridade para o produtor rural, podemos citar o Programa de Garantia de Preços (PGPAF), que ainda vem a ser uma das políticas de maior apoio ao extrativistas e pequenos produtores rurais, que consegue proteger a produção com a garantia mínima de um preço justo para comercialização. Para os agricultores, mais do que conseguir vender a produção, é conseguir minimamente um preço justo para a sua produção.

O acesso ao mercado pelos extrativistas é bastante característico. Por um lado, não consegue posicionar seu produto no mercado específico em razão da ausência de um operador logístico próprio. Por outro, pela ausência de informações do funcionamento do restante da cadeia, onde então surge a figura do atravessador, que se apropria da maior parte da

rentabilidade da atividade. Esse indivíduo, na maioria das vezes, dificulta o conhecimento mais aprofundado do funcionamento total da cadeia do extrativismo.

O processo de comercialização vai bem mais longe que um simples processo de representar e meramente apresentar produtos em que na maioria das vezes são revendidos com um lucro líquido muito reduzido. Esse processo coloca o produtor agroextrativista em uma situação de Servidão, retirando de si o poder de barganha, a condição de detentor de um processo produtivo. A comercialização não consiste apenas na venda da produção em um determinado mercado. Ela é mais do que isto, caracterizada como um processo contínuo e organizado de encaminhamento da produção agrícola ao longo de um canal ou sistema de comercialização, onde o Produto sofre transformações, diferenciações e agregações de valor. As facilidades (utilidades) que os produtos agrícolas sofrem são de posse, forma, tempo e lugar, adequando-os, desta forma, ao gosto e preferência dos consumidores finais (MENDES e PADILHA JÚNIOR, 2007).

2.4. Sustentabilidade e boas práticas no Agroextrativismo

O extrativismo consiste em toda e qualquer atividade onde há a coleta de recursos do meio ambiente. Entretanto, algo que podia ser altamente disseminado positivamente ainda recai de maneira negativa devido ao chamado “extrativismo predatório”, onde essa extração de recursos do meio é feita de maneira desenfreada vindo a causar danos muitas vezes irreversíveis ao ambiente e resultando em desequilíbrio ambiental. É importante que se saiba que a prática sustentável do extrativismo é totalmente possível e também viabiliza a permanência desses recursos na natureza.

De maneira geral, um extrativismo sustentável garante a permanência dessa prática como exemplificado por Oliveira (2010). No estudo desse autor, para que as populações de pequiyeiros continuem a existir e produzir frutos, faz-se necessário que pelo menos dois terços da produção de frutos permaneçam nas áreas onde foram coletados, uma vez que parte destes produzirão novas plantas e, os demais, servirão de alimento para outras espécies que se alimentam do fruto, contribuindo assim, para a manutenção do equilíbrio natural.

No Cerrado, é necessário compreender como as práticas de manejo conservacionistas contribuem para a conservação de um bioma tão representativo no cenário Brasileiro, onde a resiliência do bioma, aliada a necessidade de construção de grupos associados e cooperativos, podem fluir para um cenário sustentável.

Abordando e caracterizando o cerrado podemos destacar formações Savânicas, florestais e campestres, formações florestais que se destacam mais são: Campo Sujo, Campo Limpo e Campo Rupestre; Parque de Cerrado: Mata Ciliar, Mata de Galeria; Mata Seca e Cerradão.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Afim de uma analisar as perspectivas do extrativismo e como ela se apresenta na agregação de renda de agricultores da Reforma Agrária, foi realizado estudo através de aplicação de entrevista, pesquisa sistêmica e questionário semi estruturado (Silva e Menezes, 2001) no Assentamento Egídio Brunetto.

3.1. Caracterização do local a ser investigado

Com área total medida de 2.780 ha (dois mil, setecentos e oitenta hectares), o Assentamento está localizado no município de Flores de Goiás, Estado de Goiás. O assentamento Egídio Brunetto foi criado para comportar 113 unidades agrícolas familiares. A oficialização do mesmo que foi feita pelos devidos órgãos considerando-se a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado Fazenda Cabeçudo e São Roque.

3.2. Realidade do Assentamento Extrativista

A presente pesquisa apresentou-se de maneira exploratória, uma vez que os dados foram coletados com diversos agricultores da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento, que é uma associação privada vinculada ao município, fundada em 28/03/2014. Sua atividade principal está relacionada aos direitos sociais das famílias envolvidas e dá suporte aos assentados à uma série de ações.

Embora bem estruturada, a Associação dos Agricultores ainda apresenta algumas fragilidades com relação às políticas públicas de suporte às atividades dentro do assentamento. Nesse sentido, faz-se necessário uma maior organicidade em busca da melhoria das condições mínimas necessárias ao desenvolvimento de atividades produtivas que possam gerar renda aos seus associados, além de melhoria e viabilização de escolas, postos de saúde, unidades de segurança, estradas, saneamento básico, entre outros itens que podem ser priorizadas nas lutas em que a associação está engajada.

Foram levantados, no primeiro semestre de 2018, os dados do cenário e situação fundiária atual do assentamento, políticas públicas governamentais presentes para as famílias, em especial, aquelas direcionadas ao aproveitamento de frutos da sociobiodiversidade. Sendo assim, a metodologia referenciada pelos autores (Silva e Menezes, 2001), possibilitou um olhar atento a todas as características relacionadas à temática. Para os autores, o método procura compreender a complexidade da realidade e suas transformações, através dos processos sistêmicos e do feedback que acontece permanentemente entre o sistema produtivo e seu meio externo.

O questionário foi estruturado sequencialmente da seguinte maneira: apêndice buscando conhecer a realidade do assentamento com renda oriunda do extrativismo; uma abordagem quantitativa visando a interpretação dos reais percentuais do extrativismo do assentamento no Estado, para posterior embasamento da importância das ações e políticas públicas para o extrativismo disponíveis e sua efetividade no Estado.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após as etapas apresentadas anteriormente, temos aqui a apresentação dos dados obtidos e as análises dos mesmos, que se dispõe primordialmente na caracterização do assentamento a ser investigado, o Assentamento Egídio Brunetto, seguindo pela apresentação dos dados que expressam a realidade do mesmo, as informações de como se dá a realização atual da prática do extrativismo, uma abordagem também a sustentabilidade dessa prática e a manutenção do equilíbrio ambiental tudo extraído cautelosamente em entrevista ocorrida no local. E em desfecho traz-se também uma abordagem das políticas públicas voltadas para a área, bem como da aplicação da mesma no assentamento em questão.

4.1. Análise da composição de renda das famílias assentadas

O extrativismo é uma das práticas de maior importância dentro do assentamento, segundo os dados levantados dentro do assentamento, conforme resumidamente mostrada no Gráfico 1. Pode-se constatar que, em média, 51% da renda das famílias assentadas são oriundas dessa prática, relativamente um número relativamente significativo.

Quando indagados à respeito das outras formas de renda, as famílias citam renda oriunda de produtos da Agricultura (18%), tais como: Feijão Verde, Quiabo, Milho, Mandioca e Hortaliças; renda oriunda da Avicultura (Produção de galinha caipira – 7%); 17%

declararam obter renda do Bolsa Família e; 7%, de outras atividades. De maneira generalizada, os produtos das atividades agropecuárias relatadas são destinados à subsistência, segregando de fato do que vivem essas famílias assentadas.

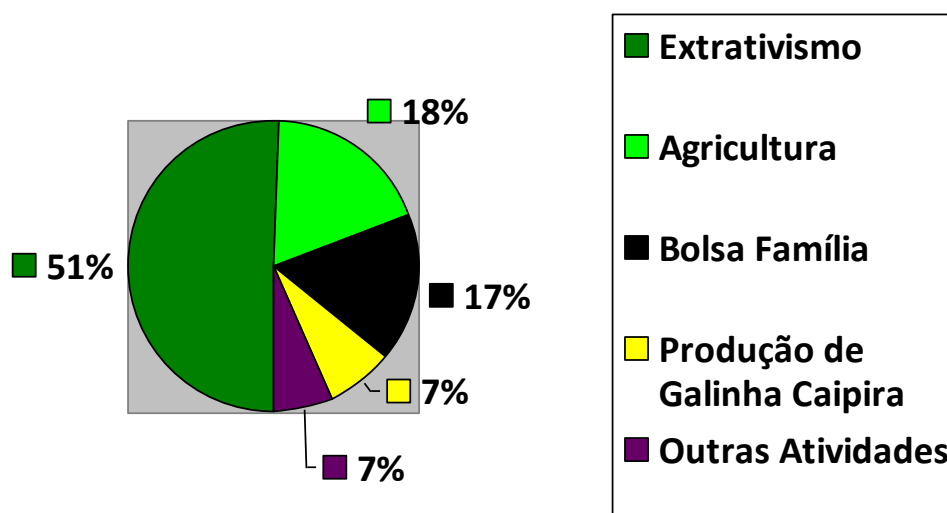


Gráfico 1 - Composição de Renda de Famílias do Assentamento Egídio Brunetto

Pela análise de distribuição da renda das famílias, é notável que algumas se encontrem em total estado de vulnerabilidade social, o que sinaliza o enquadramento programa de políticas públicas tal qual o bolsa família, que chega a compor em alguns casos 60% da renda da família. Porém, a média desse valor, de acordo com os valores coletados no assentamento como um todo, é de 17%. Pela amostra, podemos sinalizar que o incentivo às práticas do extrativismo poderia incrementar significativamente esses valores, dada a riqueza e abundância produtos extrativistas na região.

Outra atividade que influenciou a composição da renda desses agricultores foi a produção de animais de pequeno porte, em especial, a produção de galinhas caipiras.

Em relação às atividades não agrícolas (Outras Atividades), essas se definem basicamente como pluriatividades, caracterizadas pelo artesanato ou a venda ou prestação de serviços fora do ambiente do assentamento, seja em áreas de outros fazendeiros, seja em atividades não vinculadas à esses.

4.2. Extrativismo sustentável no Assentamento

O processo de extração de um produto da natureza é muito mais elaborado e importante do que se imaginam. Para cada espécie há um período certo para a coleta, um manejo certo do produto durante os processos de pós-coleta até a venda final do produto. Prestar atenção em cada fase dos processos e suas peculiaridades é de fundamental importância para a manutenção da qualidade final.

Entre os produtos oriundos do extrativismo no assentamento Egídio Brunetto, podemos citar basicamente o Barú, o Pequi e o Jatobá. Outros frutos ou produtos são também extraídos do Cerrado, porém em quantidades menos significativas. Para uma melhor compreensão e visualização destas informações, no Gráfico 2 são mostradas as plantas mais presentes na prática de coleta dentro do assentamento.

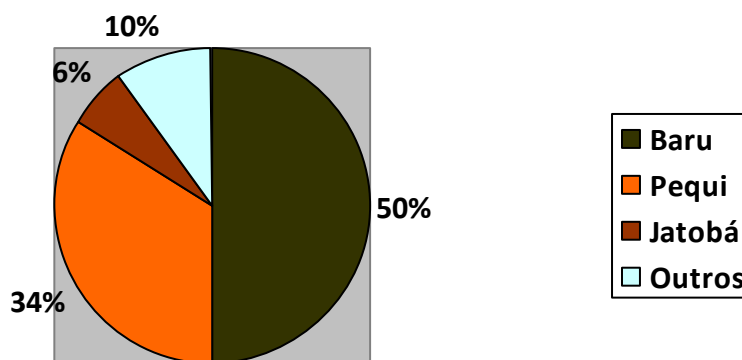


Gráfico 2- Percentual de produtos do Extrativismo

Pela informação do Gráfico acima, é possível notar que a extração do Barú corresponde a pelo menos 50 % do extrativismo na região, sendo a atividade de maior expressão. Pela importância desse produto e seu valor comercial, pode-se afirmar que ele pode ser considerado o produto de maior importância para a composição de renda oriunda do extrativismo no assentamento. Além do que, o renome do assentamento já é reconhecido por essa atividade especificamente.

Na sequência, temos o quantitativo percentual da atividade de extração do Pequi, prática milenar que também é de grande significado para as famílias, tanto pela tradição como

pela excelente aceitação na região Centro Oeste. O terceiro, mas não menos importante produto oriundo desse grupo de informações é extração do Jatobá. Algumas das famílias entrevistadas declaram que esse produto vem a ser a única fonte de renda, seja pela fabricação de farinha ou o próprio consumo da polpa desse fruto.

As demais práticas extrativistas que foram relatadas nas entrevistas estão relacionadas à extração de flores ornamentais nativas, para venda e/ou consumo próprio, plantas medicinais, troncos e galhos secos para uso e transformação na prática do artesanato e outras finalidades.

4.2.1. Baru

É importante ressaltar que o Baru tem uma produção de frutos sazonalizada, ou seja, ocorre uma vez ao ano e, como expressado por Almeida et al (1998), a frutificação ocorre nos meses de janeiro a março e, de forma excepcional até meados de julho. Vale ressaltar que essa frutificação tardia pode acarretar queda de frutos maduros precocemente, ao mesmo tempo que pode prolongar a maturação meados de outubro. Nesse sentido, a coleta anual da safra, poderá ser influenciada pelas condições climáticas, estendendo o período de queda dos frutos, variando desde julho até meados de outubro. No geral, essa prática é regionalizada, não somente sendo uma exclusividade no Assentamento.

Em se tratando de sustentabilidade (MAPA, 2012), argumentado na série “Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico” e geralmente recomendado pelas associações, ONG’s, cooperativas e afins é que se faça a coleta deixando um terço dos frutos no chão a fim de manter o equilíbrio ecológico. Todavia, mesmo esses autores afirmam que não há comprovações científicas de que esta seja a quantidade recomendada para essa espécie, tornando-se necessário maiores estudos e difusão de itinerário técnico que oriente os coletores.

O Baru foi, comprovadamente, o produto de participação mais significativa em relação às práticas de extração e coleta pelos assentados do Egídio Brunetto. Na Figura 01 está exemplificado e visualizado o processo de extração de frutos no Assentamento pelos coletores, expressando que o produto tem suas especificidades e naturalmente o sistema de extração compreende desde a coleta até a venda final.

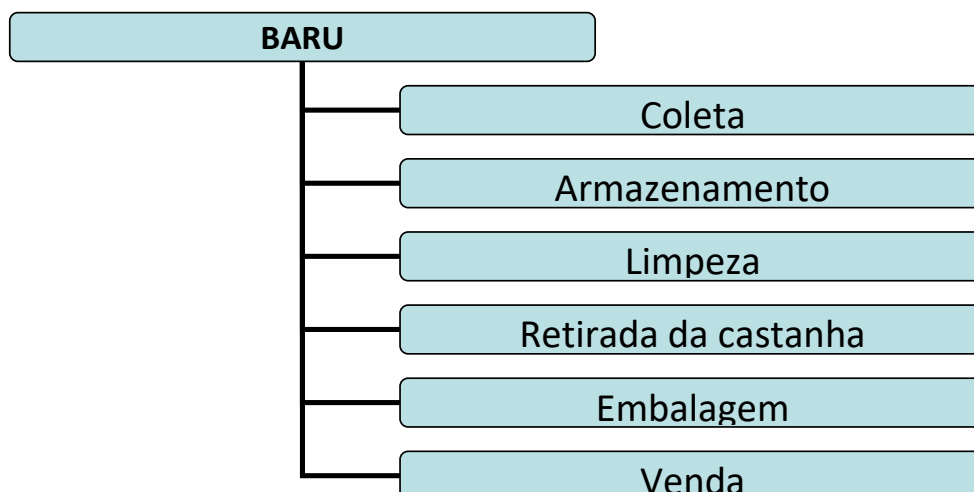


Figura 01. Esquema de processos de extração do Baru pelos assentados do PA Egídio Brunetto

4.2.2. Pequi

O Pequi, assim como os demais frutos de extração vegetal na região são de origem natural e abundantes no bioma Cerrado. Em particular, o produto Pequi tem como datas expressivas do seu ciclo anual na região de Goiás e Distrito Federal, iniciando a floração em julho e se estendendo até o mês de novembro, segundo dados relatados por Oliveira et al (2010). Conseqüentemente, a frutificação pode ocorrer desde os meses outubro, podendo se estender até meados de fevereiro do ano seguinte. A coleta dos frutos que começam cair ao chão normalmente se inicia desde meados de dezembro até o mês fevereiro, como final de maturação.

O Pequi também possui suas especificidades de ciclo e respostas climáticas em relação ao ciclo ecológico, se adequando de maneira sensível às combinações de temperatura e disponibilidade hídrica o que, de certa forma, torna a prática de extração como uma possível ameaça, caso não sejam observadas as práticas de manejo sustentável da espécie. Para OLIVEIRA et al (2010) a regra indicada para o Baru não deve ser a mesma observada para a manutenção desta espécie. Como recomendação, dois terços da produção do pequizeiro deve permanecer na área de coleta, dando continuidade à reprodução livre das populações de pequizeiros.

No assentamento Egídio Brunetto, pode ser observado que essa prática, bem como outras práticas legais são acatadas pelos coletores, que compreendem que a viabilidade e a permanência da espécie na região dependem do olhar desses cuidadores. Reconhecem que a extração e o uso dos frutos geram renda para as famílias e que, as práticas recomendadas

devem ser seguidas dos processos pelos quais mantém a sustentabilidade da cadeia do produto e da própria espécie.

Como detalhado na Figura 2, dois processos são possíveis e utilizados pelas diferentes famílias estudadas no assentamento Egídio Brunetto. Um deles é o processo cujo cuidado, não tanto exigente, que é a coleta nas embalagens destinadas para a venda direta, um processo comum na realidade dessas famílias. O outro, seria uma prévia classificação dos frutos descascados e sua manutenção em conserva, para uma maior agregação e aumento do tempo de vida útil para a venda.

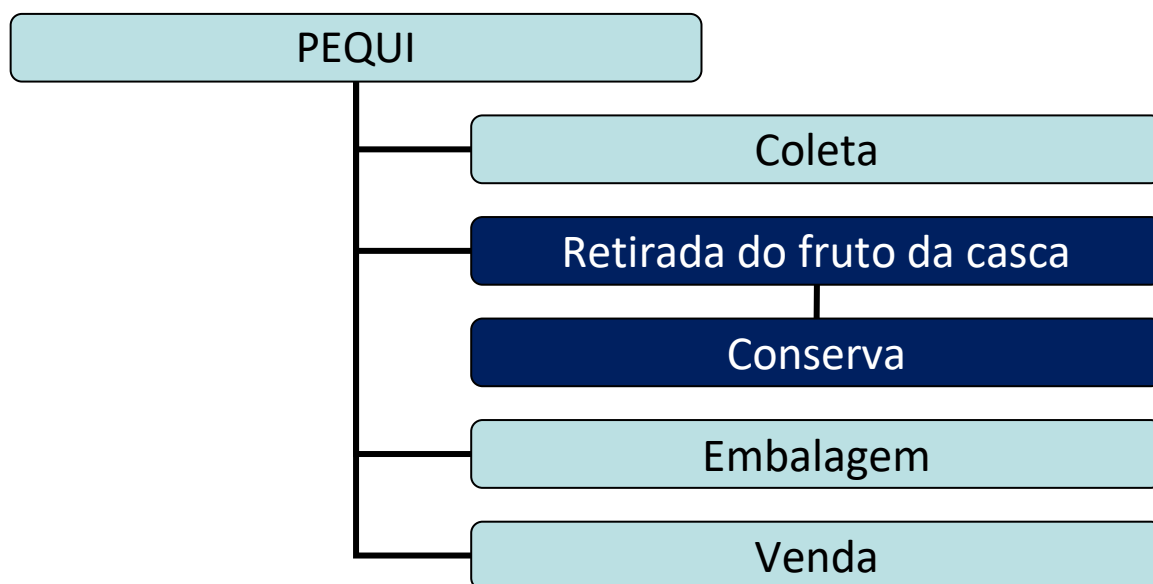


Figura 2 - Esquema de processos do Pequi extraído por assentados do Egídio Brunetto

4.2.3. Jatobá

Conforme relatado por Costa (2015), as datas dos ciclos do Jatobá variam de acordo com a região e às repostas climáticas, como temperatura, umidade e índice pluviométrico. Entretanto, a espécie floresce duas vezes no mesmo ano. Uma mais intensa durante os meses de janeiro a abril, com frutificação iniciada a partir de julho e se estendendo até o final de outubro, quando se inicia uma segunda floração com menor intensidade de tempo e frutificação.

Como apresentado acima, o Jatobá possui mais particularidades do que outras espécies do Cerrado. Para tanto, exige mais processos e intensidade de coletas, podendo-se afirmar que

apesar de apresentar menos indivíduos na natureza e, conseqüentemente, menor oferta em quantidade do produto dentro do Assentamento. explicando a sua segunda colocação em produto extraído, conforme já mostrado no Grafico 2. A seguir (Figura 3), são demonstrados os processos pelos quais o Jatobá atravessa até sua forma e consumo final.

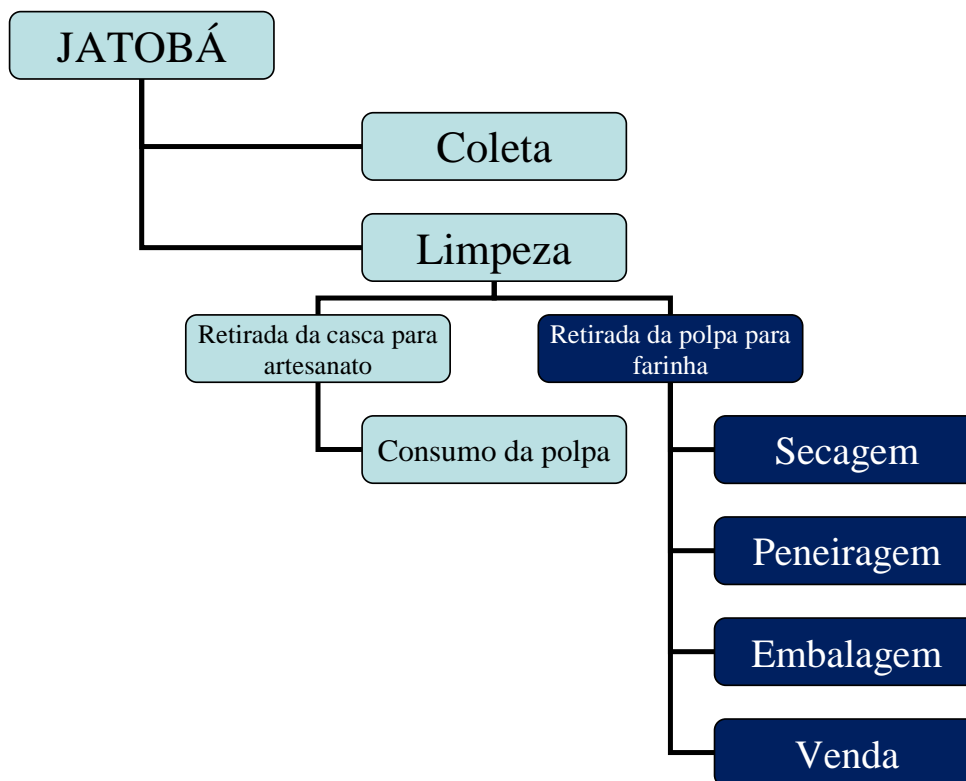


Figura 3 - Esquema de processos do Jatobá extraído por assentados do Egídio Brunetto

Como mostrado na figura acima, fica evidente que o consumo do Jatobá se dá de maneira bem mais elaborada. Após a fase de limpeza, duas vertentes de destinação possíveis do produto transformado foram relatadas nas entrevistas. Uma delas é o destino para a fabricação de farinha, procedendo-se de etapas desde a secagem, processamento e embalagem do produto a ser comercializado. A outra vertente seria a retirada da casca, que vem a ser um subproduto muito utilizado no artesanato local e a utilização da polpa para a fabricação de doces ou demais subprodutos secundários. Vale ressaltar que nem todas as famílias coletoras praticam as duas vertentes de destinação ou transformação do produto. Essa característica estaria mais relacionada à habilidade ou não dos membros da família em processar o produto final. Como essa diversidade existe dentro do Assentamento, não foi possível estratificar e quantificar tais destinações ou vertentes.

4.3. Políticas Públicas para o Extrativismo

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) apresenta grande abrangência nacional, atendendo a diversos tipos de agroextrativistas nas mais variadas regiões. Nessa leitura, tem-se a necessidade de se fazer o uso das mínimas exigências para selecionar produtores que realmente necessitam desse apoio. As exigências apresentadas no Plano são necessárias e fundamentais para se evitar fraudes sobre o Programa, porém acabam eliminando aqueles agroextrativistas que mais necessitam de apoio, pois os mesmos normalmente não possuem documentação mínima para o enquadramento nas normas. Desta maneira, muitos acabam ficando distantes deste tipo de Política Pública, o que inviabiliza uma abrangência maior daqueles que mais necessitam.

O posicionamento dessas famílias em relação ao mercado e à uma política de preços, sem dúvida, ajudaria na reestruturação das cadeias desses produtos. Sendo assim, esforços e ações governamentais e não governamentais são fundamentais para se produzir o mínimo em relação à organização para o escoamento e criação dos circuitos de comercialização mais justas.

Em termos de atuação, o PNPSB está dividido em seis eixos: Promoção e Apoio à Produção Extrativista Sustentável; Estruturação dos Processos Industriais; Estruturação e Fortalecimento de Mercados para os Produtos da Sociobiodiversidade; Fortalecimento da Organização Social e Produtiva; Ações Complementares para fortalecimento das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade e; Ações complementares para a Valoração dos serviços da sociobiodiversidade. Mesmo assim, uma gama de estratégias de atuação a distância ainda permanece dispersa entre possibilidades de Políticas Públicas e os processos produtivos em si, inviabilizando a estruturação das cadeias desses produtos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma visão mais aproximada da relação do extrativismo e suas cadeias, expondo gargalos e desafios existentes num cenário onde a sustentabilidade dos sistemas, a segurança alimentar, o preço justo, o fomento, políticas públicas, capacitação, associativismo, cooperativismo e geração de renda, devem criar uma imersão de fatores positivos de forma a promover harmonia à uma parcela tão esquecida da sociedade.

Através da leitura dos dados coletados no Assentamento, pode-se perceber que existe uma fragilidade no sistema em relação ao modelo de organização existente nos assentamentos da Reforma Agrária. Da mesma maneira, Políticas Públicas até que existem, porém na maioria dos casos analisados, elas estão distantes dessas famílias, tanto por falta de organicidade efetiva, como pelos gargalos estruturantes. A desobstrução desses entraves é fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável, transformando relações e ações efetivas, onde os gestores viabilizem tomadas de decisões de maneira sistêmica e imparcial.

A extração ou coleta de frutos do Cerrado, muitas vezes significa garantir a segurança alimentar da família. A compreensão dessa necessidade local deve ser analisada pelas instituições que se dedicam ao tema, estabelecendo dentro dos programas de que a necessidade alimentar muitas vezes se sobrepõe a premência por renda. Isso significaria, no contexto analisado, a manutenção dos objetivos dos programas, sem deixar de lado as alternativas que viabilizam o planejamento socioeconômico e produtivo dessas famílias.

Neste sentido, a presente análise pode resultar na proposição e organização de comitês regionais que compreendam as demandas locais, amparadas nas restrições legais e políticas públicas que sejam capazes de atender as verdadeiras necessidades das famílias. O exercício e a prática para o desenvolvimento sustentável é uma tarefa trabalhosa quando encaramos a realidade local, mas não deveria ser obstáculo quando o Estado apresenta-se compromissado maior com a causa social.

Portanto, estruturar os elos das cadeias e que elas se confraternizem, é crucial para o avanço da prática do extrativismo, aliando tecnologia e seres humanos em um ambiente servido pela coletividade e compreendido pela legalidade.

6. REFERÊNCIAS

- BARBOSA, F.J.V.; NASCIMENTO, M.P.S.B.; DINIZ, F.M.; NASCIMENTO, H.T.S.; ARAÚJO NETO, R.B. **Sistema alternativo de criação de galinhas caipiras**. Embrapa Meio-Norte-Sistema de Produção (INFOTECA-E), 2007.
- BENJAMIN, A. M. S. Agroextrativismo: Sustentabilidade e estratégias na reserva extrativista do rio Cajari, sul do Amapá. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, Belém. 2004
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE–MMA. Plano Nacional de Promoção de Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. 2009. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/PLANO_NACIONAL_DA_SOCIOBIODIVERSIDADE-_julho-2009.pdf> Acesso em: jun. 2018
- CLEMENT, C. R. A lógica do mercado e o futuro da produção extrativista. In: KUBO, R. R. et al., (Org.). *Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia*. Recife: NUPPEA/Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia. 2006.
- DINIZ, J.D.A.S.; NOGUEIRA, M.C. O agroextrativismo do Cerrado em perspectiva: Aldicir Scariot, João D'Angelis, Luís Carrazza e Sandra Afonso. *Sustentabilidade em Debate*, v. 5, n. 3, p. 137-158, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/viewFile/12709/8901>> Acesso em: jun. 2018
- FAO-ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO - FAO. FRA 2000: termos e definições. Roma: FAO, 1998. 21 p. (Documento de Trabalho, 1)
- GUERRA, G. A. D. Efeitos da ocupação urbana no extrativismo vegetal da ilha de Cotijuba. 2ª Ed. Belém: UNAMA. 2011.
- MAPA- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Barú: *Dipteryx alata* VOG. / (Série: Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico) Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília : MAPA/ACS, 2012. 25p. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos_publicacoes_organicos/boas_praticas_de_manejo_para_o_extrativismo_sustentavel_organico_do_baru.pdf> acesso em: Jun. 2018
- MENDONÇA, R.C.; REZENDE, A.V.; FILGUEIRAS, T.S. & OLIVEIRA, P.E. Flora vascular do Cerrado. In: *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina: Embrapa-Cpac, p. 217-396. 1998.
- OLIVEIRA, W.L. Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do pequi / Washington Luis de Oliveira e Aldicir Scariot. – Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e

Biotecnologia, 2010. 84 p. Disponível em: <<http://www.ispn.org.br/arquivos/Pequi2.pdf>> acesso em: maio 2018

PRÓ-JOVEM. Arco Ocupacional Agroextrativismo: manual do educador. 2ª Ed. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. 2008

SILVA, C.V.; MIGUEL, L.A. Extrativismo e a Abordagem Sistêmica. In: 10º Congresso Brasileiro de Sistemas. Ribeirão Preto, SP. Brasil. 2014.

SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 2001.

SIMONI, J. A Revitalização do Extrativismo: Práticas de Economia Solidária e Sustentabilidade.

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4049/1/bmt42_07_Eco_01_revitalizacao.pdf. IPEA.

Mercado de trabalho. vol.42. pag49. 2010

APÊNDICE I

Questionário Egídio Brunetto

1. Quais associações vigentes dentro do assentamento?
2. Qual a porcentagem do extrativismo na renda familiar?
3. Quais os percentuais de venda e extração do: BARU - PEQUI - JATOBÀ
4. Quais as políticas públicas do extrativismo que beneficiam os assentados do Egídio Brunetto?
5. Quais os procedimentos pelos quais os produtos extraídos passam? (fazer um ciclo)
6. Há visitas e incentivos governamentais?
7. Além do extrativismo, há outras atividades produtivas? Quais seriam? Compõe quanto por cento da renda?